

CNPJ 28.196.889/0001-43

Proprietários e Açõesistas: Os submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pelos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

No ano de 2016, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.623,8 milhões e lucro líquido de

	Nota	2016	2015
Circulante		6.464.916	5.678.562
Disponível		60	99.863
Caixa e bancos	5	60	99.863
Equivalentes de caixa	5	15.038	14.953
Aplicações	6	3.424.294	2.102.789
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.586.853	1.879.536
Prêmios a receber	8	1.419.276	1.407.361
Operações com seguradoras		6.166	5.323
Operações com seguradoras	9a	161.411	466.852
Outros créditos operacionais	10	143.187	35.397
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	464.747	563.263
Titulos e créditos a receber		96.201	277.174
Titulos e créditos a receber	11a	33.293	257.686
Créditos tributários e previdenciários	26b	43.123	481
Outros créditos	11b	19.785	19.007
Outros valores e bens		534	79
Bens a venda		134	9
Outros valores		400	70
Despesas antecipadas		12.717	3.645
Custos de aquisição diferidos	19	721.285	701.865
Seguros		721.285	701.865
Ativo não circulante		5.550.780	6.500.556
Realizável a longo prazo		5.317.830	6.341.638
Aplicações	6	2.241.066	2.971.450
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.103.527	1.342.403
Prêmios a receber	8	1.103.527	1.342.403
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	50.901	29.205
Titulos e créditos a receber		1.050.341	1.038.200
Créditos tributários e previdenciários	26b	199.232	257.067
Depósitos judiciais e fiscais	23	851.109	781.133
Custos de aquisição diferidos	19	871.995	960.180
Seguros		871.995	960.180
Investimento		6.407	6.489
Participações societárias		6.402	6.485
Outros investimentos		5	5
Imobilizado	12	86.041	54.920
Imoveis de uso próprio		951	1.122
Bens móveis		37.264	27.683
Outras imobilizações		47.826	26.115
Intangível	13	140.502	97.509
Outros intangíveis		140.502	97.509
Total do ativo		12.015.696	12.179.111

RS 1.615,1 milhões, representando um incremento de 3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. No exercício de 2016, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros no total de R\$ 1.408,8 milhões, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 1.332,4 milhões e de R\$ 76,4 milhões, respectivamente, em Reuniões da Diretoria realizadas em 28 de abril, 25 de maio, 13 de junho e 22 de agosto, 26 de setembro, 10 de novembro e 15 de dezembro de 2016.

Além disso, a Companhia também possui uma parcela de seu lucro líquido a ser distribuída, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia

		2016	2015
Passivo	Nota	5.885.913	6.282.960
Circulante			
Contas a pagar		648.582	627.859
Obrigações a pagar	14	139.356	117.001
Impostos e encargos sociais a recolher		14.590	12.962
Encargos trabalhistas		6.567	6.828
Impostos e contribuições	15	488.069	491.068
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.289.516	1.685.506
Prêmios a restituir		928	88.424
Operações com seguradoras		2.734	2.372
Operações com resseguradoras	9b	349.738	774.481
Corretores de seguros e resseguros	16	714.334	720.070
Outros débitos operacionais	17	221.782	100.159
Depósitos de terceiros	18	67.393	103.354
Provisões técnicas - seguros	19	3.880.422	3.866.241
Danos		1.740.694	1.751.720
Pessoas		1.952.856	2.114.521
Vida		186.872	-
Passivo não circulante		4.399.202	4.398.962
Provisões técnicas - seguros	19	3.783.698	3.764.867
Danos		191.920	148.479
Pessoas		3.591.778	3.616.388
Outros débitos		615.504	634.095
Provisões judiciais	23	615.504	634.095
Patrimônio líquido	24	1.730.581	1.497.196
Capital social		655.745	655.745
Reservas de lucros		1.079.080	872.721
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(4.244)	(31.270)
Total do passivo e patrimônio líquido		12.015.696	12.179.118

aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades anônimas e/o o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.499,1 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agenciamos e agradecemos a todos que se dedicam ao crescimento do nosso negócio: aos nossos acionistas, clientes, parceiros e corretores pela confiança e apoio. E aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

	Nota	2016	2015
Premios emitidos líquidos	25b	6.623.828	6.920.901
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		204.085	(1.122.987)
(=) Prêmios ganhos	25a	6.827.913	5.797.914
(+) Receita com emissão de apólice		10.644	10.682
(-) Sinistros ocorridos	25c	(2.609.914)	(1.856.652)
(-) Custos de aquisição	25d	(1.707.809)	(1.515.309)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(183.661)	(172.811)
(=) Resultado com operações de resseguro	25f	89.786	78.578
(+) Receita com resseguro		861.831	475.957
(-) Despesa com resseguro		(772.045)	(397.379)
(-) Despesas administrativas	25g	(295.273)	(294.924)
(-) Despesas com tributos	25h	(134.732)	(191.165)
(=) Resultado financeiro	25i	547.747	578.274
(+) Receitas financeiras		722.879	717.959
(-) Despesas financeiras		(175.132)	(139.685)
(=) Resultado patrimonial		123	212
(=) Resultado operacional		2.544.872	2.434.799
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		129	127
(=) Resultado antes dos impostos e participações		2.545.001	2.434.926
(-) Imposto de renda	26a	(429.525)	(435.618)
(-) Contribuição social	26a	(495.194)	(393.119)
(-) Participações sobre o resultado		(7.123)	(12.213)
(=) Lucro líquido do exercício		1.615.159	1.593.976
(f) Quantidade de ações		698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		2.311,46	2.281,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	1.615.159	1.593.976
Outros resultados abrangentes	27.026	(19.632)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.118)	(37.458)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	49.132	17.826
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.642.185	1.574.344
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	1.642.185	1.574.344

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.615.159	1.593.976
Ajustes para:	(22.379)	925.910
Depreciação e amortizações	30.520	16.470
Varição dos custos de aquisição diferidos	68.765	(298.773)
Ativos fiscais diferidos	51.184	11.247
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(30.239)	(36.020)
Variações das provisões técnicas - seguros	(142.480)	1.226.564
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(129)	(127)
Outros ajustes	6.549	
Varição nas contas patrimoniais:	664.796	(96.728)
Aplicações	(602.471)	(555.929)
Créditos das operações de seguros e resseguros	573.348	(435.863)
Ativos de resseguro e retrocessão	76.820	(242.318)
Créditos tributários e previdenciários	(35.991)	7.168
Despesas antecipadas	(9.072)	6.059
Outros ativos	115.368	234.147
Depósitos judiciais e fiscais	(69.976)	(81.165)
Obrigações e contribuições	852.532	788.620
Obrigações a pagar	22.355	48.631
Débitos de operações com seguros e resseguros	(395.990)	141.812
Depósitos de terceiros	(35.961)	(74.692)
Provisões técnicas - seguros	175.492	47.525
Provisões judiciais	(18.591)	48.770
Outros passivos	(10.093)	(9.861)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	27.026	(19.632)
Caixa gerado pelas operações	2.257.576	2.423.158
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(421.407)	(380.084)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(434.124)	(328.386)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.402.045	1.714.688
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	29.548	9.264
Investimentos	82	—
Imobilizado	10.498	9.264
Intangível	18.968	—
Pagamento pela compra:	(133.971)	(123.765)
Investimentos	—	(203)
Imobilizado	(48.950)	(55.609)
Intangível	(85.021)	(67.953)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(104.423)	(114.501)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.397.340)	(1.618.150)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.397.340)	(1.618.150)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(99.718)	(17.963)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	114.816	132.779
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.098	114.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

a) A receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos e da transferência de riscos, e as parcelas do ressegurado nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados índices de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d ii.

b) Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

c) Custos de aquisição diferidos:

i) É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do seguro segurado, com prazo médio de deferimento de 18 meses;

ii) Provisões técnicas:

A provisão técnica para cobertura de sinistros é determinada considerando a experiência histórica das ocorrências constatadas no Teste de Adequação de Passivos (TAP), e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela diferença entre o prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a percorrer, calculado pelo método "pro rata-die" tomado-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo initial de contratação está descrito em nota técnica atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prémios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Emitidos (PNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Sinistros em Curso (PCSC) representa uma reserva adicional sobre o saldo disponível em função do prêmio apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

d) Em decorrência, a PCSC foi constituída para o produto Ouro Vida Revidado - OVR, que é uma apólise de vida em grupo, comercializada de 1998 a 2001, com renovação anual automática e sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados e com cobertura de invalidez permanente por doença (IPD). A Provisão de Excedentes Contingentes (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de aplicação. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de parâmetros prováveis brutos de ressegueros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistro recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

e) Ajuste do sinistro Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados

f) Quando há um ajuste do sinistro ocorrido e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do prosseguimento até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos danos esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 47 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

g) Outros produtos DPVAT:

São operações do Seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são realizadas sob regime de caixa, tendo sido aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Companhia em reunião extraordinária realizada em 26/06/2017.

h) m) Teste de adequação dos passivos (TAP):

A Companhia elabora o teste de adequação de passivos trimestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste consistiu na projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovães relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP éapurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis imediatamente realizáveis. Se houver déficit, este será adicionado às reservas; se contrário, o excesso deverá ser distribuído, incluindo as despesas alcovães a sinistros e salvavlos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBeNR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PNG e PNG-RVNE, para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 36,9% para a Companhia. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SH/HSH foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 521/2015. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provision adicionais aos passivos de seguro DPVAT e SH/HSH.

n) Valor revisado)

O teste foi efetuado de forma segregada e considerouse a parcela do prêmio a ser ganha relativa aos contratos vigentes na data-base do cálculo até a data provável e estimada de saída de cada contrato segurado. A saída de cada segurado foi estimada tomando-se por base a experiência histórica das saídas ou cancelamento e por sinistro. Para a projeção dos sinistros foram consideradas premissas de mortalidade morbitude baseadas na tábuia de mortalidade BR-EMS Masculina. O cálculo realizado para o produto OVR apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

o) Provisões, passivos e ativos contingentes:

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico futuro existirá exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada quando possível, porém, quando não for possível fazer esta avaliação, elas devem ser avaliadas coletivamente, considerando a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem razoavelmente conhecidos com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidamente contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

p) Benefícios aos empregados:

Obrigação de curto prazo - Obrigações com vencimento efetivo antes de 12 meses após o término da prestação de serviço prestado pelo participante gerado por participação em planos patrocinados com dispensa a medida o benefício recebido é prestado. i) Obrigações com aposentadorias:

A Companhia é patrocinadora de um plano previdencial de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência complementar de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados no momento em que ocorre a prestação de serviços pelo participante. São considerados ativos contingentes os outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

q) Outras receitas e despesas operacionais:

Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilização do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente.

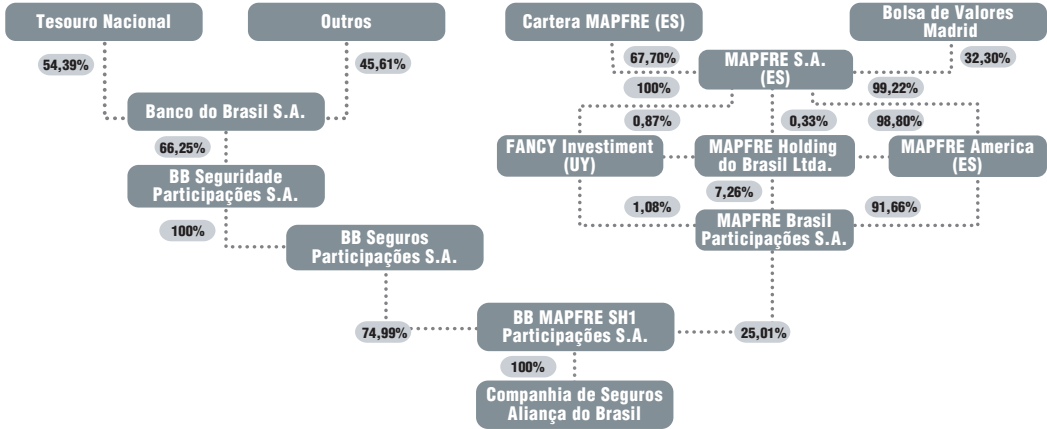
r) Receitas e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros dispo-

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital de capital	Reserva legal	Reserva de lucros - Reservas de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	380.482		146.645	76.096	958.267	(11.638)		- 1.549.852
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(19.632)	-	(19.632)
Dividendos pagos - AGE de 23 de fevereiro de 2015	-	-	-	-	(250.000)	-	-	(250.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de maio de 2015	-	-	-	-	(307.300)	-	-	(307.300)
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	(272.349)	-	-	(272.349)
Aumento de capital - AGO/E de 31 de março de 2015	-	275.263	(146.645)	-	(128.618)	-	-	-
Aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT 236 de 19 de agosto de 2015	275.263	(275.263)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.593.976	1.593.976
Distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	-	55.053	-	-	(55.053)	-
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	-	-	(150.451)	(150.451)
Dividendos pagos - AGE de 30 de novembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(407.900)	(407.900)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(59.000)	(59.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	741.572	-	(741.572)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	655.745	-	- 131.149	741.572	(31.270)	27.026	-	- 1.497.196
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	27.026	27.026
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 28 de abril de 2016	-	-	-	-	(356.000)	-	-	(356.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016	-	-	-	-	(274.000)	-	-	(274.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	(111.572)	-	-	(111.572)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.615.159	1.615.159
Proposta para distribuição do resultado:								
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	-	-	(10.528)	(10.528)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 13 de junho de 2016	-	-	-	-	-	-	(42.000)	(42.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 22 de agosto de 2016	-	-	-	-	-	-	(137.500)	(137.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 26 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	-	(205.400)	(205.400)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de novembro de 2016	-	-	-	-	-	-	(107.700)	(107.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	(129.700)	(129.700)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	(34.400)	(34.400)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	947.931	-	(947.931)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	655.745	-	- 131.149	947.931	(4.244)	-	-	- 1.730.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas alianças operacionais, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária Inter BB Seguros Participações S.A., e o GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária Inter MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2016 o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



a) Base de preparação: Enonsanância à Circular SUSEP nº 521/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo e provisão complementar de prêmios para o produto ouro vivo mensurado pelo valor justo.

c) Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais requer o uso de estimativas e julgamentos. A SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 521/2015, estabelece os critérios para a preparação das demonstrações financeiras individuais, incluindo as estimativas e julgamentos necessários para a preparação das demonstrações financeiras individuais. As estimativas e julgamentos necessários para a preparação das demonstrações financeiras individuais são os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

e) Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; Nota 3r e 25j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; Nota 6 - Aplicações; Nota 3k, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e de adequação do passivo; Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); Nota 23 - Provisão para Provisão para Impostos; Nota 24 - Impostos a receber (redução ao valor recuperável); Nota 25 - Provisão para Impostos a receber (redução ao valor recuperável).

f) Separação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a separação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior de doze meses, respectivamente.

g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação atual para a receita. A norma estabelece que a receita é determinada pela maioria dos seus arranjos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e de que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento da aquisição, dependendo da estratégia de gestão dos ativos. Os ativos financeiros são classificados *por valor justo por meio do resultado*, caso classificados nesta categoria, os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do exercício. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nesta categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, acrescido dos rendimentos autorizados, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (ou líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros são classificados como passíveis de pagamento determinável, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores

c) Prêmios estão divulgadas na nota explicativa nº 6 c). **d) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BMEFBOVESPA. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **e) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercador ou passivo líquido, entre outras situações. Quando há redução ao valor recuperável, o custo residual do ativo é reduzido para o valor recuperável. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor decorrente da perda de valor recuperável registrada e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de quaisquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Operações de seguros e resseguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de impostos e provisões, como de estanciamiento, remuneração de agência, custos seguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmio, Lucro e Ganhos e Reservas Técnicas. Os ativos de seguro e resseguro são avaliados pelo menor valor entre o prêmio a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado ou decorridos ou prêmios a receber cancelados. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada em estudo interno que considera o total dos créditos vencidos superiores a 365 dias e a aplicação de fator de ponderação obtido de acordo com o rating de classificação de cada Ressegurador. Para as operações com IRR Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Realização Seguros S.A., não há histórico significativo de risco de perda e, consequentemente, nenhuma redução ao valor recuperável é necessária. Os ativos de seguro e resseguro são avaliados pelo menor valor entre o prêmio a receber para fins de recuperabilidade, sempre que houver qualquer indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **a) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados aos e passam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 60 e 36 meses respectivamente, sob o regime de locação financeira. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são admitidos pela Legislação Fiscal, consolidada no Regulamento do Imposto de Renda por meio de seus artigos 305 e 323 e de acordo com os prazos dos contratos de aluguéis, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 f). **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentadas na nota explicativa nº 13. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativamente de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de duração do risco certo, por meio de distribuição de prêmios correspondentes aos prêmios garantidos relativos às apólices diferidas. Os prêmios são distribuídos proporcionalmente aos custos de aquisição diferida relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro registradas no resultado. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado nos resultados aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com operação de resseguro, incluem

nhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Arrendamento: No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato.

s) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

t) Participações nos lucros: A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes

Bruto de resseguro (*)						
Região geográfica	Demais	%	Rural	%	Vida	% Total
Centro Oeste	28.528	0%	648.312	10%	669.809	10% 1.346.649
Nordeste	37.489	1%	193.251	3%	677.119	11% 907.859
Norte	10.648	0%	104.528	2%	236.851	4% 352.027
Sudeste	102.292	2%	572.344	9%	1.509.761	24% 2.184.397
Sul	42.281	1%	826.097	12%	731.356	11% 1.599.734
Total	221.238	4%	2.344.532	36%	3.824.896	60% 6.390.666
Bruto de resseguro (*)						
Região geográfica	Demais	%	Rural	%	Vida	% Total
Centro Oeste	24.436	0%	555.397	9%	756.913	11% 1.336.746
Nordeste	29.578	0%	173.295	3%	841.964	12% 1.044.837
Norte	8.767	0%	92.409	1%	279.465	4% 380.641
Sudeste	97.126	1%	484.995	8%	1.830.206	27% 2.412.327
Sul	38.089	1%	770.193	11%	793.245	12% 1.601.527
Total	197.996	2%	2.076.289	32%	4.501.793	66% 6.776.078

(*) As operações estão liquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 53.601 e R\$ 179.561 (R\$ 39.360) e R\$ 184.183 em 31 de dezembro de 2015). (**) As operações estão liquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 2.584 (R\$ 21.064) em 31 de dezembro de 2015).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegiram-se as variáveis abaixo: **i) Provisões técnicas:** i) Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 7,80% (23,76% em 31 de dezembro de 2015) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na análise mensal desses fatores. **ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC) (a.2):** para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

Tábua de mortalidade	Aumento de 5%
Taxa de desconto	Redução de 1%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)
a. Provisões técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(257.320)
a1. IBNR		Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(21.535)
		Aumento Agravado de 5% na tábua de mortalidade	(45.518)
a2. PCC		Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(190.267)
b. Sinistralidade		Aumento Elevação de 5% na sinistralidade	(87.578)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e riscos dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating(*)	2016		2015	
	Local	Admitida	Local	Admitida
A	4.486	131.228	135.714	153.841
A-	607.088	—	607.088	454.466
Total	611.574	131.228	742.802	454.466
(*) As operações estão liquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 2.584 (R\$ 21.064) em 31 de dezembro de 2015). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como <i>Fitch Ratings</i> , <i>Standard & Poor's</i> , <i>AM Best</i> e <i>Moody's</i> . Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguro e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. Gerenciamento do risco de crédito: A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2016:				
Ativos financeiros - rating	2016		2015	
	AAA	AA+	AA-	A+
Títulos de renda fixa públicos(*)	—	5.477.795	—	5.477.795
Debêntures	43.360	10.160	38.657	2.510
Notas promissórias	—	2.651	—	—
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	49.243	—	—	—
Total	92.603	12.811	5.516.452	2.510
Ativos financeiros - rating	2015		2016	
	AAA	AA+	AA-	A+
Títulos de renda fixa públicos(*)	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	16.118	—	—	16.107
Letras financeiras - não exclusivo	31.076	19.015	28.632	6.709
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	—	—	—	—
Total	4.883.293	56.677	28.632	6.709
Ativos financeiros - rating	2016		2015	
	AAA	AA+	AA-	A+
Títulos de renda fixa públicos(*)	—	—	—	—
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	16.118	—	—	16.107
Letras financeiras - não exclusivo	31.076	19.015	28.632	6.709
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	—	—	—	—
Total	4.883.293	56.677	28.632	6.709

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 2.382.806 (R\$ 726.019 em 31 de dezembro de 2015) com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Companhia reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a empresa lidera conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos globais:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultuosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)			
2016		2015		2016		2015		2016	
%	Demais	%	Rural	%	Vida	%	Total	%	
20%	26.515	0%	403.357	7%	669.003	12%	1.098.875	19%	
15%	34.394	1%	131.369	2%	676.940	12%	842.703	15%	
6%	9.818	0%	80.293	1%	236.812	4%	326.923	5%	
35%	92.407	2%	435.403	8%	1.505.254	27%	2.033.064	37%	
24%	38.930	1%	576.210	10%	731.159	13%	1.346.299	24%	
100%	202.064	4%	1.626.632	28%	3.819.168	68%	5.647.864	100%	
Líquido de resseguro (*)						Líquido de resseguro (**)			
2015		2015		2015		2015		2015	
%	Demais	%	Rural	%	Vida	%	Total	%	
20%	21.821	0%	359.144	6%	756.713	12%	1.137.678	18%	
15%	26.838	0%	120.513	2%	841.872	14%	989.223	16%	
5%	7.973	0%	74.997	1%	279.435	5%	362.405	6%	
36%	88.352	1%	352.482	6%	1.826.321	30%	2.267.155	37%	
24%	34.592	1%	583.445	9%	793.273	13%	1.411.310	23%	
100%	179.576	2%	1.490.581	24%	4.497.614	74%	6.167.771	100%	

2016				
Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Disponível	60	—	60	
Equivalentes de caixa	15.038	—	15.038	
Aplicações (*)/(**)	2.925.783	1.395.980	1.040.916	5.362.679
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.586.853	1.103.527	—	2.690.380
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	219.951	263.623	32.074	515.648
Outros créditos operacionais	143.187	—	—	143.187
Títulos e créditos a receber (**)	53.078	—	—	53.078
Outros valores e bens	534	—	—	534
Despesas antecipadas	12.717	—	—	12.717
Custos de aquisição diferidos	721.285	871.995	—	1.593.280
Total do ativo	5.678.486	3.635.125	1.072.990	10.386.601
Provisões técnicas (*)/(**)	2.853.333	3.558.412	949.761	7.361.506
Contas a pagar	648.582	—	—	648.582
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.289.516	—	—	1.289.516
Depósitos de terceiros	67.393	—	—	67.393
Total do passivo	4.858.824	3.558.412	949.761	9.366.997

2015				
Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Disponível	99.863	—	99.863	
Equivalentes de caixa	14.953	—	14.953	
Aplicações (*)/(**)	1.580.184	1.937.579	1.318.481	4.836.244
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.879.536	1.342.403	—	3.221.939
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	257.869	293.787	40.812	592.468
Outros créditos operacionais	35.395	—	—	35.395
Títulos e créditos a receber (**)	276.693	—	—	276.693
Outros valores e bens	79	—	—	79
Despesas antecipadas	3.645	—	—	3.645
Custos de aquisição diferidos	701.865	960.180	—	1.662.045
Total do ativo	4.850.082	4.533.949	1.359.293	10.743.324
Provisões técnicas (*)/(**)	2.873.349	3.623.871	895.760	7.392.980
Contas a pagar	627.859	—	—	627.859
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.685.506	—	—	1.685.506
Depósitos de terceiros	103.354	—	—	103.354
Total do passivo	5.290.068	3.623.871	895.760	9.809.699
(*) Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 302.681 (R\$ 238.195 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 302.614 (R\$ 238.128 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais, respectivamente, no valor de R\$ 851.109 (R\$ 781.133 em 31 de dezembro de 2015), e R\$ 615.504 (R\$ 634.095 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 242.355 (R\$ 257.548 em 31 de dezembro de 2015) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionados a sinistro foi considerada a experiência histórica observada no padrão de pagamento. (****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as				

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia de valor justo	Vencimento					Ativos					Total				
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento		Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/(Perda) Não realizada	2016	%	2015	%		
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(H)	(I = G - F)	(J)	(K)	(L)	(M)		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado																
		2.521.681	195.839	—	302.642		3.020.162	3.019.131	3.020.162		1.031	3.020.162	53%	1.559.327	31%	
Fundos de investimentos		2.503.721	164.556	—	302.642		2.970.919	2.969.888	2.970.919		1.031	2.970.919	98%	1.510.061	97%	
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	—	—	—	302.681		302.681	302.681	302.681		—	302.681	10%	238.195	16%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	—	21.390	—	—		21.390	21.442	21.390		(52)	21.390	1%	17.115	1%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	—	—	—	—		—	—	—		—	—	—	737	0%	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	20.966	—	—	—		20.966	20.966	20.966		—	20.966	1%	20.003	1%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	99.949	143.157	—	—		243.106	242.023	243.106		1.083	243.106	8%	507.921	34%	
Operações compromissadas (*)	1	2.382.806	—	—	—		2.382.806	2.382.806	2.382.806		—	2.382.806	80%	726.019	48%	
Outros	2	—	9	—	(39)		(30)	(30)	(30)		—	(30)	0%	71	0%	
Carteira administrada		17.960	31.283	—	—		49.243	49.243	49.243		—	49.243	2%	49.266	3%	
Fundos de investimento em direitos creditórios - Não exclusivo	2	17.960	31.283	—	—		49.243	49.243	49.243		—	49.243	100%	49.266	100%	
Ativos financeiros disponíveis para venda		197.438	584.518	364.159	—		1.146.115	1.153.831	1.146.115		(7.716)	1.146.115	21%	1.941.558	38%	
Carteira administrada		197.438	584.518	364.159	—		1.146.115	1.153.831	1.146.115		(7.716)	1.146.115	100%	1.941.558	100%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	177.267	226.894	364.159	—		768.320	773.441	768.320		(5.121)	768.320	67%	1.492.791	77%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	—	229.478	—	—		229.478	230.088	229.478		(610)	229.478	20%	201.789	10%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	9.995	—	—	—		9.995	9.995	9.995		—	9.995	1%	8.638	0%	
Certificados de depósitos bancários (CDB/DPGE)	2	—	—	—	—		—	—	—		—	—	—	48.187	2%	
Debêntures	2	7.525	128.146	—	—		135.671	137.656	135.671		(1.985)	135.671	12%	146.338	8%	
Letras financeiras (LF)	2	—	—	—	—		—	—	—		—	—	—	43.815	2%	
Notas promissórias (NP)	2	2.651	—	—	—		2.651	2.651	2.651		—	2.651	0%	—	—	
Ativos mantidos até o vencimento		206.694	615.632	676.757	—		1.499.083	1.499.083	1.480.078		(19.005)	1.499.083	26%	1.573.554	31%	
Fundo de investimento		206.694	615.632	676.757	—		1.499.083	1.499.083	1.480.078		(19.005)	1.499.083	100%	1.506.436	96%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	—	563.803	524.290	—		1.088.093	1.088.093	1.073.487		(14.606)	1.088.093	73%	1.109.659	74%	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	94.349	51.829	152.467	—		298.645	298.645	294.441		(4.204)	298.645	20%	296.086	20%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	112.345	—	—	—		112.345	112.345	112.150		(195)	112.345	7%	100.691	7%	
Carteira administrada		—	—	—	—		—	—	—		—	—	—	67.118	4%	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	—	—	—	—		—	—	—		—	—	—	67.118	100%	
Total		2.925.813	1.395.989	1.040.916	302.642		5.665.360	5.672.045	5.646.355		(25.690)	5.665.360	100%	5.074.439	100%	
* Operações compromissadas com lastro em títulos públicos																

c) Composição por prazo de vencimento				
	2016	2015		
A vencer até 30 dias	570.178	468.097		
A vencer de 31 a 60 dias	116.936	117.723		
A vencer de 61 a 120 dias	140.631	197.429		
A vencer de 121 a 180 dias	134.314	126.316		
A vencer de 181 a 365 dias	281.199	297.886		
A vencer acima de 365 dias	1.103.527	1.342.403		
Total a vencer	2.346.785	2.549.854		
Vencidos até 30 dias	77.108	163.112		
Vencidos de 31 a 60 dias	14.946	9.295		
Vencidos de 61 a 120 dias	58.613	4.179		
Vencidos de 121 a 180 dias	12.187	7.704		
Vencidos de 181 a 365 dias	11.564	5.305		
Vencidos acima de 365 dias	1.600	10.315		
Total vencidos	176.018	199.910		
Total	2.522.803	2.749.764		
O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.				
9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO				
a) Ativo				
	2016	2015		
Recuperação de sinistros	161.411	385.457		
Outros créditos com ressegurador	-	81.395		
Total	161.411	466.852		
	2016	2015		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	349.896	344.519		
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	98.406	170.975		
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	40.502	17.940		
Risco vigente não emitido - RVNE	9.896	7.989		
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.140	2.663		
Outras	14.808	48.382		
Total	515.648	592.468		
b) Passivo				
	2016	2015		
Prêmios cedidos	424.379	1.002.935		
Comissão a recuperar	(74.641)	(228.454)		
Total	349.738	774.481		

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos						
	2016			2015		
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção
Pessoas	3.824.896	5.728	99,85%	4.501.793	4.179	99,90%
Rural	2.344.532	717.900	69,38%	2.076.289	585.708	71,80%
Outros	221.238	19.174	91,33%	197.996	18.420	90,70%
Total	6.390.666	742.802	88,38%	6.776.078	608.307	91,00%
(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ 53.601 e R\$ 179.561 respectivamente (R\$ (39.360) e R\$ 184.183 em 31 de dezembro de 2015). (**) Não inclui RVNE no valor de R\$ 2.584 (R\$ (21.064) em 31 de dezembro de 2015).						

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS
É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros e processamento de prêmios aguardando a compensação bancária, para a devida baixa respectivamente na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 61.377 (R\$ 31.954 em 31 de dezembro de 2015) e créditos bancários recebidos no início do mês subsequente no montante de R\$ 78.271.

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER
a) Títulos e créditos a receber é composto substancialmente por valores a receber referente ao compartilhamento de despesas no montante de R\$ 9.014 (R\$ 16.666 em 31 de dezembro de 2015). b) Outros créditos é composto principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R\$ 13.105 (R\$ 12.123 em 31 de dezembro de 2015).

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não relacionados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Outras provisões	Total
Provisões técnicas - seguros										
Saldo inicial	5.552.444	463	1.192.353	(64.712)	409.302	32.033	7.006	446.238	55.981	7.631.108
Constituições	9.742.763	-	-	-	146.532	-	14.311	95.539	-	9.999.145
Diferimento pelo risco decorrido	(10.002.403)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.002.403)
Aviso de sinistros	-	-	3.041.273	-	-	-	-	-	-	3.041.273
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(2.340.246)	-	-	-	-	-	-	(2.340.246)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(630.202)	-	-	-	-	-	-	(630.202)
Atualização monetária e juros	-	-	113.961	-	-	-	-	-	-	113.961
Reversões	-	-	-	(89.644)	-	(2.891)	-	(55.981)	-	(148.516)
Saldo final	5.292.804	463	1.377.139	(154.356)	555.834	29.142	21.317	541.777	-	7.664.120

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não relacionados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Outras provisões	Total
Provisões técnicas - resseguros										
Saldo inicial	352.508	-	-	171.951	(976)	17.940	2.663	-	48.382	592.468
Constituições	678.232	-	145	-	-	22.562	-	14.808	-	715.747
Diferimento pelo risco decorrido	(670.947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(670.947)
Aviso de sinistros	-	-	-	1.427.899	-	-	-	-	-	1.427.899
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	-	(1.195.826)	-	-	-	-	-	(1.195.826)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	-	(283.972)	-	-	-	-	-	(283.972)
Atualização monetária e juros	-	-	-	3.118	-	-	-	-	-	3.118
Reversões	-	-	(145)	-	(23.788)	-	(524)	-	(48.382)	(72.839)
Saldo final	359.793	-	123.170	(24.764)	40.502	2.139	14.808	-	-	515.648

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não relacionados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Outras provisões	Total
Provisões técnicas - seguros										
Saldo inicial	4.548.465	463	1.140.891	(57.748)	302.656	28.914	16.364	359.123	17.891	6.357.019
Constituições	7.459.488	-	-	-	106.646	3.119	-	87.115	38.090	7.694.458
Diferimento pelo risco decorrido	(6.455.509)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.455.509)
Aviso de sinistros	-	-	2.411.263	-	-	-	-	-	-	2.411.263
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(1.652.883)	-	-	-	-	-	-	(1.652.883)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(768.723)	-	-	-	-	-	-	(768.723)
Atualização monetária e juros	-	-	61.805	-	-	-	-	-	-	61.805
Reversões	-	-	-	(6.964)	-	(9.358)	-	-	-	(16.322)
Saldo final	5.552.444	463	1.192.353	(64.712)	409.302	32.033	7.006	446.238	55.981	7.631.108

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não relacionados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Outras provisões	Total
Provisões técnicas - resseguros										
Saldo inicial	197.556	(37)	122.940	(371)	14.553	2.151	-	-	13.358	350.150
Constituições	551.392	37	-	-	-	3.387	512	-	35.024	590.352
Diferimento pelo risco decorrido	(396.440)	-	-	-	-	-	-	-	-	(396.440)
Aviso de sinistros	-	-	1.137.732	-	-	-	-	-	-	1.137.732
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(852.143)	-	-	-	-	-	-	(852.143)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(241.160)	-	-	-	-	-	-	(241.160)
Atualização monetária e juros	-	-	4.582	-	-	-	-	-	-	4.582
Reversões	-	-	-	(605)	-	-	-	-	-	(605)
Saldo final	352.508	-	171.951	(976)	17.940	2.663	-	48.382	-	592.468

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 598.340 (R\$ 436.542 em 31 de dezembro de 2015).

	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.662.045	1.363.272
Constituições/diferimento	(68.765)	298.773
Saldo no final do exercício	1.593.280	1.662.045

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro										
Montante estimado para os sinistros										
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Ano de aviso do sinistro 2016
No ano do aviso	1.502.319	386.409	627.857	532.119	763.294	895.283	956.727	1.663.568	1.826.356	2.513.627
Um ano após o aviso	1.523.682	376.843	576.540	495.133	717.931	851.316	883.556	1.520.912	1.723.183	-
Dois anos após o aviso	1.547.059	377.674	586.142	502.089	724.387	844.772	864.911	1.548.016	-	-
Três anos após o aviso	1.590.574	386.402	592.394	508.102	727.287	836.537	877.053	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.610.068	391.496	597.275	511.076	731.529	842.165	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.628.127	393.619	601.565	516.044	738.349	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.640.841	395.890	605.549	525.816	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.641.579	400.064	614.516	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	1.668.132	406.714	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos ou mais após o aviso	1.750.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2016	1.750.696	406.714	614.516	525.816	738.349	842.165	877.053	1.548.016	1.723.183	2.513.627
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.478.343	377.883	578.947	489.332	696.618	808.220	819.782	1.456.975	1.621.046	1.869.810
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	272.353	28.831	35.569	36.484	41.731	33.945	57.271	91.041	102.137	643.817
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montante de sinistros pagos										
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Ano de aviso do sinistro 2016
No ano do aviso	1.088.265	217.178	374.797	348.556	489.141	609.859	549.268	1.038.361	1.207.468	1.869.810
Um ano após o aviso	1.224.811	347.274	551.927	466.634	670.932	773.034	788.857	1.437.745	1.621.046	-
Dois anos após o aviso	1.300.810	358.485	559.593	475.173	680.404	795.949	810.503	1.456.975	-	-
Três anos após o aviso	1.372.597	364.103	566.202	481.193	687.034	803.922	819.782	-	-	-
Quatro anos após o aviso	1.399.151	368.872	571.892	485.126	691.269	808.220	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	1.424.622	373.105	574.922	487.334	696.618	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	1.451.140	374.340	577.091	489.332	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	1.462.066	375.659	578.947	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	1.468.542	377.883	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos ou mais após o aviso	1.478.343	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.478.343	377.883	578.947	489.332	696.618	808.220	819.782	1.456.975	1.621.046	1.869.810

Liquido de resseguro										
Montante estimado para os sinistros										
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Ano de aviso do sinistro
										2016
										Total
No ano do aviso	1.385.927	346.009	432.509	496.656	688.531	713.565	857.422	1.560.977	1.677.979	1.911.367
Um ano após o aviso	1.408.461	338.309	407.900	462.908	647.210	674.409	766.433	944.111	1.220.410	1.220.410
Dois anos após o aviso	1.431.734	338.594	416.829	470.468	652.813	647.238	640.030	845.403		845.403
Três anos após o aviso	1.474.459	347.597	422.838	476.134	654.972	494.884	624.783			624.783
Quatro anos após o aviso	1.492.325	352.737	427.950	479.072	636.219	486.103				486.103
Cinco anos após o aviso	1.510.221	354.884	431.707	480.249	638.883					638.883
Seis anos após o aviso	1.523.505	357.264	433.863	488.185						488.185
Sete anos após o aviso	1.523.652	361.144	439.810							439.810
Oito anos após o aviso	1.548.151	365.762								365.762
Nove anos ou mais após o aviso	1.622.682									1.622.682
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2016	1.622.682	365.762	439.810	488.185	638.883	486.103	624.783	845.403	1.220.410	1.911.367
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.372.402	339.884	410.315	455.096	601.367	456.800	573.928	766.304	1.129.167	1.320.257
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	250.280	25.878	29.495	33.089	37.516	29.303	50.855	79.099	91.243	591.110
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2016										146.229
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)										1.364.097
Provisões DPVAT										302.614
Retrocessão										1
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)										1.666.712
Montante de sinistros pagos										
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Ano de aviso do sinistro
										2016
										Total
No ano do aviso	987.759	208.736	250.307	323.686	449.783	452.571	489.165	1.038.361	1.206.831	1.320.257
Um ano após o aviso	1.119.878	310.170	385.094	436.598	601.667	598.973	673.971	866.302	1.129.167	1.129.167
Dois anos após o aviso	1.195.521	320.531	392.119	444.967	609.718	600.598	587.686	766.304		766.304
Três anos após o aviso	1.267.172	326.148	398.728	450.558	615.575	464.310	573.928			573.928
Quatro anos após o aviso	1.293.548	330.910	404.399	454.491	596.975	456.800				456.800
Cinco anos após o aviso	1.318.961	335.125	407.429	453.099	601.367					601.367
Seis anos após o aviso	1.345.473	336.661	408.459	455.096						455.096
Sete anos após o aviso	1.356.400	337.661	410.315							410.315
Oito anos após o aviso	1.362.600	339.884								339.884
Nove anos ou mais após o aviso	1.372.402									1.372.402
Pagamentos efetuados até 31.12.2016	1.372.402	339.884	410.315	455.096	601.367	456.800	573.928	766.304	1.129.167	1.320.257
										7.425.520

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda						
	2016			2015		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	14	941.505	592.833	13	864.231	561.410
Provável	4	580.415	580.415	4	547.135	547.135
Possível	10	361.090	12.418	9	317.096	14.275
Trabalhistas	23	6.010	927	35	9.203	2.066
Provável	14	2.677	927	17	2.822	1.073
Possível	1	400	–	4	870	993
Remota	8	2.933	–	14	5.511	–
Cíveis	9.075	480.912	21.744	8.299	448.134	70.619
Provável	1.281	20.284	19.454	1.558	28.536	69.666
Possível	7.160	442.830	2.290	6.233	408.834	953
Remota	634	17.798	–	508	10.764	–
Total	9.114	1.428.427	615.504	8.347	1.321.568	634.095

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 655.745 em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2015), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	1.615.159	1.593.976
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	590.828	738.351
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	76.400	59.000
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	741.572	829.649
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	1.408.800	1.627.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	41%	50%
Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias	767.669	886.569
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais	641.131	740.431
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	380.763	380.763
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	2,01613	2,32840
Ações preferenciais	2,01613	2,32840

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2015 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação						
Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida em grupo	1.755.605	1.521.134	33,56%	33,83%	33,81%	35,36%
Prestamista	1.471.762	1.520.872	30,57%	30,33%	29,10%	30,57%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	767.362	440.800	108,77%	114,86%	7,26%	8,76%
Seguro de vida do produtor rural	647.555	516.500	12,42%	12,51%	29,11%	29,11%
Penhor rural instituições financeiras privadas	645.724	602.641	23,64%	22,35%	10,18%	10,22%
Acidentes pessoais coletivo	544.548	497.535	14,25%	9,73%	33,71%	33,67%
Doenças graves ou doença terminal	207.611	195.714	20,54%	8,72%	37,52%	37,13%
Demaís ramos	787.746	502.718	48,60%	55,28%	12,26%	8,76%
Total	6.827.913	5.797.914	38,22%	32,02%	25,01%	26,14%

b) Prêmios emitidos						
Prêmios diretos	2016		2015		2016	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prêmios de cosseguros aceitos	47.677	44.351				
Repassse DPVAT	179.561	184.183				
Recuperação de custos iniciais de contratação	61.033	68.611				
c) Sinistros ocorridos	(2.609.914)	(1.856.652)				
Sinistros	(2.474.369)	(1.787.401)				
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(107.790)	(51.810)				
Serviço de assistência	(24.007)	(22.341)				
Salvados	(3.748)	4.716				
Ressarcimentos	–	184				
d) Custo de aquisição	(1.707.809)	(1.515.309)				
Comissões	(1.516.407)	(1.687.386)				
Comissões de estipulantes	(59.679)	(60.990)				
Remuneração de agências	(35.166)	(45.836)				
Despesas com apólices e/ou contratos	(26.278)	(19.542)				
Despesas com inspeção de riscos	(1.514)	(328)				
Variação das despesas de comercialização diferidas	(68.765)	298.773				
e) Outras receitas e despesas operacionais	(183.613)	(172.811)				
Contribuição ao FESR	(157.797)	(122.858)				
Endomarketing	(14.201)	(12.736)				
Contingências cíveis	(7.169)	(15.350)				
Despesas com cobrança	(13.576)	(9.659)				
Apólices e contratos	(1.026)	(1.340)				
Redução ao valor recuperável (RVR)	41.789	36.020				
Outras	(31.633)	(46.888)				

f) Resultado com operações de resseguro		89.786	78.578				
Receita com resseguro		861.831	475.957				
Recuperação de indenização direto		839.725	472.421				
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		22.562	3.387				
Recuperação de indenização - PDR e IBNR		(456)	149				
Despesas com resseguro		(772.045)	(397.379)				
Prêmios de resseguro direto		(782.283)	(612.166)				
Prêmio de resseguro cancelados		18.894	15.669				
Prêmio de resseguro restituídos		18.003	9.254				
Variação das provisões de resseguro		(26.289)	190.013				
Salvados e ressarcimentos		(370)	(149)				
g) Despesas administrativas		(295.273)	(294.942)				
Pessoal próprio		(116.441)	(113.426)				
Serviços de terceiros		(74.930)	(70.520)				
Localização e funcionamento		(56.772)	(45.224)				
Publicidade e propaganda		(14.031)	(14.026)				
Donativos e contribuições		(17.637)	(22.581)				
Outras despesas administrativas		(15.462)	(29.147)				
h) Despesas com tributos		(134.732)	(191.165)				
COFINS		(175.047)	(161.030)				
COFINS - Crédito tributário		65.588	-				
PIS		(27.874)	(26.304)				
PIS - Crédito tributário		10.658	-				
Taxa de fiscalização		(4.496)	(3.558)				
Outras despesas com tributos		(3.561)	(273)				
i) Resultado financeiro		547.747	578.274				
Receitas financeiras		722.879	717.959				
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado		229.472	229.948				
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda		224.411	243.709				
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento		158.470	191.535				
Rendimento equivalentes de caixa		1.135	3.377				
Atualização de depósitos judiciais		49.217	44.508				
Operações de seguros		1.027	1.461				
Outras receitas financeiras		8.847	3.421				
Despesas financeiras		(175.132)	(139.685)				
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial		(74.619)	(57.223)				
Atualização monetária sobre provisões judiciais		(36.613)	(45.640)				
Operações de seguros		(40.222)	(27.238)				
Redução ao valor recuperável - aplicações		(11.550)	-				
Taxa de administração		(9.538)	(9.188)				
Outras despesas financeiras		(2.590)	(396)				
j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros, Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFVG; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2016, estão demonstrados a seguir:							
Companhia							
Arrendamento		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos	Total de pagamentos	Despesas de arrendamento
Sede GRUPO SEGURADOR		17.887	80.659		347.902	446.448	16.802
Call Center - Franca		1.502	6.781		12.705	20.988	59,23
Call Center - São Carlos		1.583	7.129		-	8.712	252,69
Total		20.972	94.569		360.607	476.148	17.114
GRUPO SEGURADOR		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos	Total de pagamentos	Despesas de arrendamento
Arrendamento		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos	pagamentos	arrendamento
Sede GRUPO SEGURADOR		47.072	212.262		915.533	1.174.867	45.360
Call Center - Franca		3.953	17.846		33.434	55.233	2.301
Call Center - São Carlos		4.165	18.761		-	22.926	3.911
Total		55.190	248.869		948.967	1.253.026	51.572

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social					
Lucro antes dos impostos e após participações	2016		2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
	2.537.878	2.537.878	2.422.713	2.422.713	
Imposto de renda à alíquota de 25%					
• e contribuição social à alíquota de 20%	(634.445)	(507.575)	(605.655)	(402.791)	
Diferenças temporárias	23.882	18.971	7.154	4.293	
Diferenças permanentes	(4.935)	(3.670)	(6.001)	(3.364)	
Seguros rurais	173.640	–	138.670	–	
Amortização de ativo	29.072	–	29.073	–	
Juros sobre o capital próprio	19.100	15.280	14.750	8.850	
Deduções incentivadas	17.115	–	22.618	–	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(376.571)	(476.994)	(399.391)	(393.012)	
Constituição/Reversão de crédito tributário	(52.954)	(18.971)	(36.227)	(4.293)	
Ajuste de crédito tributário - aumento da CSLL 15% para 20%	–	2.771	–	4.186	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(429.525)	(493.194)	(435.618)	(393.119)	
Alíquota efetiva (%)	17%	19%	18%	17%	

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **Companhia de Seguros Aliança do Brasil** São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS